

## Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária

Global knowledge: A pressing challenge for studies on the Solidarity Economy

Luiz Inácio Gaiger<sup>1</sup>

gaiger@unisinos.br

### Limites do artesanato intelectual

Em novembro de 2013, um encontro promovido pela *Unidad de Estudios Cooperativos (UEC)*, órgão da *Universidad de La República*, do Uruguai, reuniu alguns pesquisadores e gestores para trocar experiências e discutir aspectos conceituais e metodológicos relacionados com mapeamentos da Economia Solidária realizados nos últimos anos, em âmbito nacional ou regional<sup>2</sup>. Seu objetivo era subsidiar o processo de mapeamento da Economia Solidária no Uruguai, então em fase de preparativos, idealizado com a finalidade de identificar e caracterizar empreendimentos e iniciativas congêneres, de modo a dimensionar e mensurar essas organizações com dados representativos, oriundos de um levantamento amplo de informações. Algo similar sucedera-se algumas semanas antes no Equador, quando se discutiram os instrumentos e o desenho metodológico de mapeamento nacional almejado pela *Superintendencia de Economía Popular Solidaria (SEPS)*, com a finalidade de ampliar e refinar as bases de informações atualmente existentes, tendo como objeto principal as cooperativas e demais iniciativas populares no setor de poupança e crédito solidário. A esta altura, já é fato bem conhecido de que no Brasil se realizaram dois mapeamentos nacionais, o segundo deles finalizado em 2013, nos quais ao redor de 20

mil empreendimentos econômicos solidários foram localizados, visitados e caracterizados, passando a constar do Sistema de Informações sobre Economia Solidária (SIES)<sup>3</sup>.

Intentos semelhantes em outros continentes, com amplitude e graus de sucesso variáveis, bem como propostas de ampliar essas iniciativas à escala global, têm sido discutidos em fóruns acadêmicos e encontros internacionais. Um balanço oportuno e apropriado dessas experiências e dos desafios a serem vencidos foi matéria da revista *Otra Economía* há alguns anos, graças à acuidade de um dos seus colaboradores (Vaillancourt, 2010). De certa forma, nesse artigo tenciono dar continuidade a essa linha de reflexão sobre nossos horizontes investigativos e sobre os métodos de pesquisa a serem utilizados, tendo em vista uma constatação cada dia mais patente e generalizada: se quisermos demonstrar a relevância da Economia Solidária, seja por sua presença na realidade atual, seja por seu papel indispensável em padrões inovadores de desenvolvimento, precisamos de uma mudança de escala em nossas abordagens. Necessitamos transitar de estudos pontuais – sem dúvida, bastante aptos para captar em filigrana as dinâmicas microsociais que singularizam as práticas solidárias – para análises capazes de mensurar, aquilatar e identificar tendências sistêmicas advindas de tais práticas. Isto requer bases de

<sup>1</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 930222-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Um balanço inspirador de experiências na América Latina, reapresentado na reunião de Montevidéu, encontra-se em Coraggio *et al.* (2010).

<sup>3</sup> Os resultados e os futuros desdobramentos dessas iniciativas podem ser acompanhados facilmente pela internet. No Uruguai, em: <http://www.extension.edu.uy/UEC>; no Equador, em: <http://www.seps.gob.ec/web/guest?rvn=2>; no Brasil, no portal do SIES: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>. Estudos sobre os dados do segundo mapeamento nacional no Brasil estão sendo publicados no *site* do projeto homólogo: <http://sies.ecosol.org.br/>.

dados homogêneas e equiparáveis, mesmo se sua abrangência geográfica ou se o escopo das informações registradas sejam compreensivelmente limitados em um primeiro momento.

Em feliz coincidência, tanto as qualidades quanto as debilidades da pesquisa social implicitamente guiada pelo modelo “artesanal” da ciência foram diligentemente avaliadas no último Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (Salvador, setembro de 2013), em conferência de Edmond Préteceille. Em síntese, para esse pesquisador experiente, a metáfora do artesanato aplica-se bem a estudos que primam pela individualidade autoral e por exigências estritas de originalidade, como é o caso emblemático das teses de doutorado: são peças únicas, resultantes de um aprendizado pessoal das regras científicas da corporação acadêmica em que o doutorando aspira inserir-se, objetivo para o qual envida sua capacidade e seus melhores esforços. Logra, assim, aportar um contributo pessoal ao conhecimento, pressionado por contingências de recursos e de prazos, o que o obriga a delimitar o objeto investigado muito além da sua vontade ou do que a realidade lhe terá sugerido.

Mas a pesquisa científica, independentemente do tema, não deve ser confundida com o artesanato, no qual estaria equiparada a uma “pequena produção mercantil” intelectual. Para a sua continuidade e expansão, frisa Préteceille, ela depende de recursos da economia pública, assumindo então um compromisso com a relevância de seus resultados, sua generalidade e seu impacto potencial. Trata-se de uma atividade comprometida com questões da sociedade, não apenas em comprazer o pesquisador. Disto decorre a superação do trabalho individual, fator de fragmentação e de não agregação do saber, o que requer disposições e estratégias coletivas para gerar informações de amplo interesse e serventia, cujas análises permitam o trânsito entre diferentes enfoques, ensejem a conjunção de esforços e propiciem a comparabilidade dos resultados, fator de adensamento do saber científico e de consistência das teorias que o fundamentam ou são por ele renovadas.

Reagir contra as tendências de massificação industrial da pesquisa e contra o domínio crescente das instituições de fomento que operam em escala transnacional, refugiando-se no artesanato, é uma solução defensiva compreensível, mas insuficiente. Ao cabo e ao resto, nos estudos sobre a Economia Solidária essa estratégia findaria por reeditar o que se já vê usual-

mente: tangidos a sair de seus casos prediletos de estudo, os pesquisadores são cada vez menos produtores diretos de dados, vendo-se obrigados a utilizar dados secundários de maior abrangência e representatividade, produzidos por institutos de estatística que, em regra geral, não são do ramo e trabalham com modelos *standard*. Em boa hora, então, cresce o interesse pelos mapeamentos da Economia Solidária. Importa que frutifiquem e que nos envolvamos em sua concepção, realização e análise. Do contrário, permaneceremos sem bases objetivas que facultem ir além das aparências e dos casos singulares, vencendo controvérsias contraproducentes e superando, ao menos em alguns pontos, o estado inconclusivo que caracteriza a literatura atual.

Naturalmente, a Economia Solidária constitui um campo de práticas com dinanismos peculiares desde suas origens, o que lhe propiciou movimentos de expansão e de refluxo e, do ponto de vista dos estudos e teorizações a respeito, segue não permitindo juízos taxativos, nem favorecendo generalizações (Lima, 2012). Assim, o entendimento dessas formas de solidariedade tem comportado distintas ênfases e abordagens, em relação a seus sentidos e dimensões, a julgar pelo exemplo da produção brasileira (*Sociedade e Estado*, 2001; *Revista Katálysis*, 2008; Cattani *et al.*, 2009). Tomando-a como referência, pode-se acrescentar que, malgrado controvérsias persistentes (Georges e Leite, 2012a), a evolução das práticas tem acarretado gradativos câmbios de enfoque. No curso dos anos 1990, eram entendidas, sobretudo, como respostas emergenciais, lenitivas diante da pobreza e do desalento, não constituindo senão uma resposta defensiva, de resistência. Gradativamente, trabalhos de teorização (Razeto, 1997; Singer, 1999; Guerra, 2002; Santos, 2002; Cattani *et al.*, 2009) e pesquisas empíricas (Pinto, 2006; Gaiger, 2004, 2011, 2012) conduziram a admitir a coexistência de uma pluralidade de significados: empreendimentos que primam pela solidariedade induzem ao envolvimento cotidiano dos seus membros, à socialização dos recursos produtivos e à adoção de princípios de equidade. Quando estendida ao seu entorno, a solidariedade estimula sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público (Gaiger e Laville, 2009). O agir coletivo da Economia Solidária instituiria, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas

estratégias de classe e nas lutas da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (Veronese, 2008).

Nos dias atuais, admite-se que as experiências solidárias encerram uma dimensão propositiva, com reflexos efetivos no campo das políticas públicas e no fortalecimento político dos movimentos sociais implicados em construir alternativas pós-capitalistas (Hespanha e Santos, 2011). Estando as posições mais céticas ou entusiastas mitigadas, nota-se maior sensibilidade à natureza contraditória dos processos de transformação social e à compatibilidade entre os papéis exercidos pela Economia Solidária diante da ordem econômica e social vigente, a exemplo do verificado historicamente com o cooperativismo (Namorado, 2007, p. 10): ser instrumento de compensação e de equilíbrio, ser forma de resistência à lógica dominante e ser espaço propulsor de alternatividade. À medida que se converte em um fenômeno de magnitude, a Economia Solidária “reatualizaria as velhas perguntas formuladas pelos estudiosos sobre sua capacidade de transformação social, especialmente quando vem à tona, de forma evidente, a inviabilidade, em longo prazo, do modelo vigente de desenvolvimento econômico” (Georges e Leite, 2012b, p. 14).

Diante dos possíveis rumos e sentidos da Economia Solidária, permanecem questões centrais em aberto e pode-se concordar que uma nebulosa de contradições e discordâncias ainda paira sobre o tema (Leite, 2009, p. 39). É comum identificarem-se essas iniciativas tanto com as estratégias patronais de aviltamento do trabalho, quanto com processos de inserção econômica e social, geradoras de sociabilidade, autoestima e dignidade. A complexidade do tema, contudo, torna inapropriado “pensar em termos dualistas, seja no sentido de suas potencialidades e virtualidades, seja no de seus limites e vulnerabilidades” (Leite, 2009, p. 31). As expressões da Economia Solidária variam porque diferem seus atores, atividades e resultados; ela não comporta julgamentos únicos ou definitivos.

Apelar a juízos peremptórios por certo não é um caminho recomendável para superar o casuísmo e o relativismo, nos quais cada experiência estudada faz jus à teoria com a qual se mostra congruente, num estado de conformidade sem ambições, inconsciente de suas limitações e de estar fadado a andar em círculos. Uma das chaves de saída, à qual dedicarei as páginas seguintes, consistiria em adotar diretivas de trabalho visando a diferenciar as

situações em que os empreendimentos solidários assumem sentidos dotados de maior ou menor carga de alternatividade em relação às formas econômicas predominantes, assumindo por via de consequência soluções organizativas que repercutem em suas dinâmicas e sua reprodução social. O método de teorização e análise proposto com esse fim requer análises sobre *padrões*, transitando de um raciocínio em termos de casos para uma análise em termos de situações ou *tipos*. Construir tipologias e indicadores, na sequência desse trabalho, permitiria ainda qualificar as organizações, em vista de um futuro sistema estatístico de perfilamento e qualificação das organizações de Economia Solidária. Para que tais propósitos se apoiem em uma referência empírica discernível e no respectivo estado da arte, favorecendo seu entendimento, meu parâmetro será a Economia Solidária no Brasil. Ficará patente então a importância de dispormos de bases de dados representativas, bem como sua estreita conexão com o aprofundamento e a renovação dos estudos qualitativos já em voga.

## Dificuldades de objetivação

Em uma das raras resenhas sobre a produção científica recente, Lima (2012, p. 195-197, 203) assevera que a Economia Solidária constitui no Brasil o terceiro e atual momento de desenvolvimento do campo “de estudos sobre trabalho associado em cooperativas, autogestionário e cooperativas de trabalho”, revitalizando-o e politizando os debates, além de ampliar o horizonte de análise, ao abarcar “distintos movimentos e formas alternativas de associação”. A dificuldade atual reside, precisamente, em identificar e nomear essas distintas formas alternativas, diferenciando-as segundo prismas não apenas salientes, mas sim discriminantes, do ponto de vista da lógica ou das lógicas internas que as singularizam e determinam. Contra isso, antepõem-se alguns óbices fulcrais, examinados a seguir, com a finalidade de delinear caminhos que conduzam à superação de certos impasses. O intento, como veremos, consistirá em favorecer o andar do pensamento em direção ao *real*, ou seja, em contribuir com o movimento de *objetivação* desse campo de pesquisa.

## Um fato recente e contraditório

Não obstante seus antecedentes históricos (Singer, 1999; Gaiger e Laville, 2009), a Economia Solidária é vista no Brasil como um

fenômeno recente, desprovido de fisionomia própria, ainda insuficientemente exposto à prova de tempo, além de estar imbricado em processos contraditórios típicos das sociedades contemporâneas, que lhe impingem sinais de ambiguidade. Daí que uma das questões de fundo, onipresentes, diga respeito aos espaços reais deixados ao desenvolvimento de tais formas de existência individual e coletiva, face às determinações atuais da ordem econômica, entre elas os processos flexíveis de acumulação, que se valem das formas não tipicamente capitalistas de trabalho. Mesmo em iniciativas genuínas, não se deveriam excluir os riscos de distorção e retrocessos, justificando-se acurácia no exame das condições prévias necessárias à formação dessas experiências e das vias mais propícias ao seu desenvolvimento.

Esse estado de coisas não cauciona as teses mais otimistas quanto ao caráter revolucionariamente emancipador da Economia Solidária, na linhagem de pensamento inaugurada pelos socialistas utópicos e continuada por um leque amplo de correntes centradas nas ideias de autonomia e autogestão operária. Mas nem por isso as organizações solidárias enveredariam inexoravelmente para sua dissolução, vitimadas por uma inviabilidade histórica de empregarem o capital de forma não capitalista, sem fatalmente recaírem na ineficiência e na insolvência (Santos, 2002; Ferrarini e Veronese, 2010).

A isso se pode acrescentar que os estudos sobre a Economia Solidária ainda são poucos e carecem “de avaliações mais confiáveis em nível mundial, regional ou nacional” (Leite, 2009, p. 33), o que os impediria de abarcar o campo em suas diversas e contraditórias expressões. A meu ver, tais dificuldades decorrem, em boa medida, da ampla predominância de pesquisas concentradas em estudos de caso, como já dito adequados à análise pormenorizada de espaços sociais circunscritos (empreendimentos, territórios localizados, etc.), mas desprovidos de maior poder de inferência para um conjunto de casos e, desses, para sua generalidade. Assim, as conclusões desses estudos empíricos ficam no mais cingidas ao caso em apreço, figurando como um exemplo a mais, ou a menos, com escasso impacto sobre as teses gerais em discussão.

Conforme detalho adiante, caberia transitar de um raciocínio em termos de *casos* para uma análise em termos de *situações* ou *tipos* (Bruyne *et al.*, 1991). Isto é possível por meio de estudos comparativos, contando-se com

bases empíricas razoavelmente representativas do fenômeno em estudo, oriundas de levantamentos que possibilitem agregações de dados homogêneos em larga escala, de sorte a caracterizar o perfil das organizações sociais em tela, aquilatar e relacionar as suas tendências predominantes.

Bases empíricas dessa ordem permitem ademais localizar as experiências sociais ao longo do tempo e ultrapassar uma visão espontaneamente *presentista* dos fenômenos em voga, influenciada pela força exercida pelos acontecimentos na escala do tempo curto e, assim, inapropriada para apreendê-los no ciclo das conjunturas ou das temporalidades longas. Estudos sobre as informações do mapeamento nacional da Economia Solidária, por exemplo, integrados a pesquisas qualitativas, já demonstraram que os empreendimentos solidários não são jovens como parecem, quando vistos apenas à luz dos grandes números ou dos fatos mais altissonantes. Há, portanto, grande interesse em situá-los em trajetórias mais longas, que considerem ademais os itinerários percorridos por seus integrantes, cujas experiências alimentam determinadas predisposições e possibilidades de exercerem protagonismos sociais (Gaiger e Corrêa, 2010a).

### ***Uma natureza multidimensional***

A complexidade da Economia Solidária é também motivo de controvérsia por estar relacionada à natureza multidimensional dos empreendimentos, que transcendem a esfera econômica e atendem a necessidades e aspirações imateriais, sociais e culturais, coletivas e individuais. É precisamente a partir e na medida dessa ancoragem múltipla que essas organizações suscitam o envolvimento de seus integrantes em questões de interesse comum, alimentando formas variadas de mobilização e mostrando-se propensas a criar ou reforçar uniões associativas e redes de intercâmbio, além de instâncias de representação. Sua compreensão requer uma mudança de perspectiva, no sentido de entender o comportamento dos setores sociais em questão a partir da racionalidade que lhes seja singular: já não se trata de uma economia *tout court*, constricta à racionalidade instrumental, mas de uma lógica social mais ampla, que participa “de um conjunto maior de iniciativas enredadas, de origens diversas, religiosa, política, identitária, entre outros” (Georges e Leite, 2012b, p. 23). Assim, comparados às empre-

sas convencionais, os empreendimentos solidários funcionam como células de trabalho no interior de arranjos coletivos alargados, com um número maior de integrantes, movidos por fatores e propósitos não somente econômicos (Gaiger, 2011). Há uma lógica *instituinte*, cujo discernimento deve preceder a análise das soluções organizativas adotadas pelos empreendimentos, momento nos quais se deparam com as opções oferecidas pelas formas *instituídas* de economia.

O próprio conceito de *economia* encontra-se em questão, ao menos em sua axiomática utilitarista (Coraggio, 2009), cujas tentativas de explicar laços de confiança, comportamentos altruístas e atitudes de zelo com outrem tomam o caminho mais longo e menos elucidativo (Coutrot, 1999). O anteparo oferecido pela Sociologia Econômica contra tais formas de reducionismo nos previne contra a influência e os riscos a que se expõe o sujeito do conhecimento, ao adotar irrefletidamente esquemas de pensamento da doxa científica ou categorias da práxis reiteradas pelas formas dominantes de economia. No entanto, reagir contra aquelas imposições apenas por meio de premissas de sinal contrário, igualmente carregadas de laivos teleológicos e normativos, é uma saída frágil. Uma dificuldade dos estudos sobre a Economia Solidária reside no peso exercido pela escolha de arcabouços explicativos com tais características, o que redundando na eleição de problemas com grande carga apriorística e baixa dialogicidade. A consequência, presumivelmente involuntária, é que, na síntese dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento, a balança pende para o arbitrário do primeiro, fazendo valer a sua capacidade de *transcendência subjetiva*, ou seja, o fato de que sua consciência “ultrapassa o imediatamente dado” e o sujeito “se movimenta em um horizonte transcendental, dentro de determinadas conexões de compreensão, que atuam como um *a priori*, que lhe permite compreender e agir em seu mundo” (Gonçalves, 1995, p. 369).

Disto resulta que, não obstante seus contornos sejam deveras fluidos e suas expressões e dimensões sejam múltiplas, uma parcela das divergências e imprecisões no trato da Economia Solidária não tenha a ver com ela, mas sim

com dificuldades de *objetivar* o campo e atenuar o alvedrio do pesquisador. Todavia, não é possível fazê-lo sem recuar em busca do entendimento da lógica singular instituinte dessas iniciativas e sem a crítica das categorizações correntes pelas quais se procura apreender a economia dos setores populares, mesmo no intuito de promovê-la, como nos programas de microempreendedorismo (Gaiger e Corrêa, 2010b). Um caso exemplar é o tratamento da economia popular urbana a partir de noções como setor *informal*, prisma que a reduz a um reflexo determinado pelo estado de carências e debilidades de tais agentes econômicos e pelas relações estruturais de subordinação e exploração a que estão submetidos pela lógica capitalista, produzindo-se com isso uma visão *miserabilista*, por muito tempo predominante (Lautier, 2005, p. 177). Estudos sobre a dimensão cultural desses comportamentos e suas respectivas mediações e condições são escassos, bem como aqueles direcionados às lógicas internas próprias do grande espectro de iniciativas da informalidade, à sua dinâmica social ou mesmo à existência de uma escolha deliberada dos indivíduos pelo informal<sup>4</sup>.

### *Diversidade e ausência de um marco legal*

Afirma-se unanimemente que a Economia Solidária se caracteriza por sua diversidade, não se enquadrando em esquemas classificatórios convencionais. Ademais, por englobar formas distintas de práticas e discursos, ela comportaria contradições e conflitos. “Suas características, mesmo que centradas formalmente na gestão-propriedade coletiva, extrapolam a adesão a princípios solidários, ou politicamente orientados nessa direção, dada a diversidade de sua configuração” (Lima, 2012, p. 197). O fato, incontestado, põe em xeque a possibilidade de conceituar globalmente a Economia Solidária, visto abarcar uma realidade compósita e sem unidade sociológica. O problema, ao fundo, denota que a realidade em casos como esse não se curva a esquemas de inteligibilidade simplificadores e contém “determinações que não se esgotam na nossa intencionalidade”, manifestando assim, para voltarmos à lingua-

<sup>4</sup> Paradoxalmente, por vezes são estudos econométricos que o fazem (Antigo *et al.*, 2006). De resto, como sinaliza Lautier (2005, p. 178-179), permanece uma dificuldade intransponível de conceituar a economia informal com base nos critérios mais consensuais: o porte (quais limites?), a inobservância da legislação fiscal e social (variável) e a sua lógica econômica não capitalista (que não redundando em uma unidade mínima).

gem anterior, uma *transcendência objetiva*, isto é, que “aponta no objeto de conhecimento um transbordar que escapa à nossa compreensão” (Gonçalves, 1995, p. 369-371).

A ausência de um marco regulatório da Economia Solidária é fonte de imprecisões, de mal-entendidos e de intervenções políticas antagônicas, como se observa no Brasil nas inúmeras celeumas entre o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho. A existência de um marco legal facilitaria a delimitação do campo de estudos, ao definir regras de inclusão e exclusão, tal como se observa nas conceituações e estatísticas nacionais empregadas em países do Norte (Bouchard, 2008). Evitaria também a banalização do conceito de Economia Solidária e sua instrumentalização por setores econômicos aparentados do ponto de vista formal, como se observa em segmentos do cooperativismo de mercado. O problema decisivo, no entanto, reside no ponto de partida para a construção do marco regulatório, pois obviamente os formatos disponíveis existem em função das formas dominantes de economia. Sendo a Economia Solidária não meramente econômica, o quadro se complica; desconhecendo-se a força *sui generis* propulsora desses empreendimentos, indissociável do sentido que lhes outorgam seus membros, conforme suas referências, necessidades e aspirações, a tarefa de edificar um marco legal satisfatório torna-se inviável.

Por isso, a inexistência de um marco regulatório é mais uma consequência do que uma causa dos problemas. Avançar em sua superação requer uma abordagem *compreensiva* da natureza singular dos empreendimentos de Economia Solidária, seguida de um exame das soluções organizacionais em que se plasma aquela natureza e da análise das repercussões de tais escolhas sobre o ato associativo situado na raiz dos empreendimentos. Importaria, então, distinguir os empregos de um mesmo formato legal, entre aqueles disponíveis, a partir de várias lógicas e intencionalidades. Olvidá-lo conduz a um dos veredictos conhecidos sobre as contradições da Economia Solidária, consistindo em afirmar que ela resulta da associação voluntária de trabalhadores, mas *também* é fomentada por ardis empresariais de precarização do trabalho, cujo reflexo se observa especialmente no grande incremento

das cooperativas. Antepõem-se aqui critérios jurídico-formais, legalmente definidores da entidade cooperativa, a critérios substantivos, relativos à origem, à razão de ser e ao desenvolvimento de tais iniciativas, claramente distintos conforme se trate de uma situação ou de outra. Em resultado, a Economia Solidária permanece como algo inespecífico e não discriminante.

Mais proveito haveria em partir de uma teoria relativa à natureza singular da Economia Solidária e tomar o caminho inverso: uma vez tais elementos verificados em um número razoável de casos, averiguar em que medida eles se refletem em empreendimentos similares, incorporando-se a seguir a análise do modo como tais organizações se acomodam em formatos prescritos ou, havendo essa impossibilidade, produzem soluções híbridas, como sugere a preferência observada em muitos casos pela figura jurídica da associação; ou ainda, mantêm-se alheios às alternativas existentes, isto é, informais.

É oportuno ilustrá-lo a partir de uma iniciativa pública. Por meio do programa *Pensando o Direito*, que se realiza através de convocatórias a universidade e centros de pesquisas, em 2011 o Ministério da Justiça solicitou estudos sobre o regime jurídico de cooperativas populares e da Economia Solidária, considerando sua relevância social e o descompasso do quadro normativo vigente. Tratava-se de determinar a realidade interna própria dessas organizações, reconhecendo ser necessário compreender sua natureza específica e o sentido peculiar do *ato cooperativo*, antes de proceder à revisão do atual marco jurídico<sup>5</sup>. Assim, a reflexão sobre um novo arcabouço normativo deveria primeiramente considerar os aspectos substancialmente indicativos da realidade *singular* das cooperativas, a despeito da pluralidade de suas manifestações. Foi essa a abordagem do estudo feito, para a qual se serviu de dados do primeiro mapeamento nacional da Economia Solidária (Kruppa *et al.*, 2012).

Tratando-se de cooperativas, não haveria outra via, pois o cooperativismo brasileiro apresenta-se altamente heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, essencialmente, a seus princípios ideológicos e de gestão, excluindo diagnósticos, prognósti-

<sup>5</sup> A iniciativa insere-se em uma conjuntura de debates permanentes e de clamor público por um marco jurídico apropriado, conduzindo à recente mobilização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em favor de um Projeto de Lei Nacional, através de dispositivo constitucional de Iniciativa Popular. Fonte para consultas: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/>.

cos e regimes normativos únicos. Advogar um novo modelo normativo requer um trabalho analítico prévio, antes de ingressar em matéria legal. Para tais propósitos, por exemplo, as cooperativas de intermediação de mão de obra, formadas com vistas ao barateamento da força de trabalho, possuiriam um interesse *negativo*, pois nelas o que está em jogo é a descaracterização dos princípios cooperativos, a montagem de empresas ilegais, camufladas sob o rótulo cooperativo. Guardar tais diferenças evitaria polêmicas baseadas em julgamentos unilaterais ou categóricos.<sup>6</sup>

Essas considerações evocam o papel propulsor das motivações que guiam os membros das cooperativas e demais empreendimentos de Economia Solidária, assentes em seus modos de vida e em vivências anteriores. Segundo estudos já referidos (Gaiger, 2004), a dinâmica coletiva que se instaura depende de referências e motivações dos trabalhadores, como suas relações de reciprocidade e o valor que atribuem às alternativas de trabalho que não os submetam ao jugo direto das relações assalariadas. Não basta aos trabalhadores estarem acuados, é seu lastro de experiências e sua capacidade de idealização que convertem a alternativa solidária em projeto e ação prática. Desse ponto de vista, o aspecto essencial não se situa nas circunstâncias externas, econômicas ou políticas, mas nas trajetórias sociais, nas disposições culturais e nos recursos de poder à mão, conforme evoluam e favoreçam ou afastem a revitalização ou a adoção de práticas solidárias.

### ***Inexistência de indicadores***

À inadequação do marco legal vigente segue-se a falta de indicadores que delimitem com alguma precisão e objetividade as organizações desse campo, com vistas ao seu dimensionamento, para fins de estudo ou de fomento. No Brasil, não contamos com um campo de elaborações conceituais e metodológicas sistemáticas, estando a ênfase na impropriedade dos quadros jurídicos (cooperativas, associações, micro ou pequenas empresas, etc.), dos índices (Wautiez *et al.*, 2003) e das estatísticas

disponíveis, seja a demografia das empresas, os levantamentos sobre o Terceiro Setor ou as pesquisas amostrais sobre as MPE (ou PYMES) e a economia informal. Em debates recentes, a bem da verdade pioneiros (Kraychete e Carvalho, 2012), a tônica recaiu sobre as singularidades da Economia Solidária, sublinhando os aspectos em que se contrapõe à economia e às empresas capitalistas, e sobre a crítica aos indicadores convencionais, orientados para a avaliação competitiva das empresas, principalmente em termos de crescimento econômico e de lucratividade, isto é, de acumulação de capital.

Naturalmente, para a realização do mapeamento nacional elegeram-se indicadores classificatórios, a fim de delimitar a população-alvo e conferir o grau de correspondência dos empreendimentos mapeados. Após caracterizar a Economia Solidária como um conjunto de ações econômicas orientadas por três princípios basilares – cooperação, autogestão e solidariedade – para a entrada dos empreendimentos no mapeamento estipularam-se critérios hipoteticamente observáveis: a natureza permanente da atividade econômica, o caráter suprafamiliar da organização, a gestão coletiva por parte dos trabalhadores membros e a presença minoritária de trabalhadores não sócios. Embora tenha sido fruto de ampla discussão, sua aplicação suscitou impasses e resistências, ao se constatar que tais critérios não asseguram por si mesmos a fidelidade entre a realidade empírica e o conceito de Economia Solidária, mas também por se perceber a fragilidade do consenso a respeito.

Valem dois exemplos. Dada a interdição teórica e política às práticas de assalariamento nos empreendimentos solidários, dúvidas levantaram-se acerca das relações de trabalho aceitáveis, uma vez que a simples expectativa de uma completa identificação entre sócios e trabalhadores mostrou-se incompatível com organizações multiespecializadas ou com demanda flutuante de força de trabalho. Esse critério, somado ao entendimento de que a gestão coletiva pressupõe inexistir divisão social do trabalho ou variação de estatuto entre os sócios, retirou do mapeamento uma sé-

<sup>6</sup> De mais a mais, no campo das dificuldades de instaurar um projeto cooperativo, e a despeito do idealismo por vezes reinante, as cooperativas de trabalho mostram-se estruturalmente vulneráveis quando suas atividades laborais são individualizadas, pois assim conduzem a envolvimento recíprocos limitados e a vínculos de caráter contratual. Em compensação, atenuam os riscos de insolvência com relativa desenvoltura, pois lhes resulta mais fácil conciliar os interesses e ganhos individuais com os imperativos de preservação do capital da empresa. O custo, no entanto, é a fragilidade do vínculo associativo e o arrefecimento das condutas direcionadas às necessidades e aspirações coletivas (Gaiger, 2004).

rie de organizações comumente classificadas dentro da Economia Social (e Solidária) em outros países. Além disso, excluiu, às vezes peremptoriamente, um número importante de cooperativas no Brasil, sob a suspeita de pertencerem à economia capitalista. Não se dispunha de critérios claros para considerar casos dúbios, de iniciativas que correspondem à Economia Solidária em alguns de seus componentes e que poderiam ser aceitas como figuras periféricas ou circunstanciais, em consideração, por exemplo, à natureza social de sua missão, nem sempre circunscrita à atividade econômica.

No extremo oposto, a exclusão dos grupos e empresas familiares provocou celeumas quanto aos empreendimentos semifamiliares ou informais, pois o alicerce que encontram na economia doméstica é inquestionável (Coraggio e Sabaté, 2010, p. 155-187) e os contornos familiares, por sua vez, sabidamente flutuantes. De mais a mais, os limites do econômico, dentro dos quais se listaram os empreendimentos, na prática foram alargados pelos resultados efetivos da primeira edição do mapeamento – com a inclusão de iniciativas em que a geração de renda é secundária em relação a outros objetivos, como a defesa da diversidade étnica e cultural, a promoção de direitos territoriais e a autodeterminação – e, posteriormente, pelo próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que respaldou e ampliou tais reconhecimentos (Gaiger, 2012) e foi seguido pelo poder público (SENAES, 2011). Nesses casos, parece ter havido atenção à *missão social* das iniciativas e à sua convergência com os valores e princípios da Economia Solidária, relativizando-se as atividades econômicas propriamente ditas.

Tais tomadas de posição realizam-se em um contexto de trânsito contínuo entre os atores que integram o campo da Economia Solidária e cujas respectivas posições sociais levam a que a realidade designada por esse conceito assuma distintas conotações e perspectivas. Segundo se tenha em vista um conjunto de práticas econômicas, um movimento social portador de um projeto de transformação ou uma área de execução de políticas públicas, seus elementos definidores e suas formas de avaliação variam. Essas flutuações de entendimento decerto ampliam a dificuldade de demarcar fronteiras e eleger indicadores de qualificação dos empreendimentos solidários, não obstante haja um acordo implícito quanto a seu valor e necessidade.

## Um modelo de referência

Segundo algumas revisões bibliográficas, a Economia Solidária é passível de configurar-se como “uma experiência de mobilização e organização dos trabalhadores que, baseando-se em princípios democráticos, pode ser capaz, em alguns casos, de deixar marcas significativas não só na vida daqueles que a experimentam concretamente, como também na sociedade em seu conjunto” (Leite, 2009, p. 48, grifos nossos). A questão fundamental, precisamente, consistiria em discernir em *quais casos* as iniciativas de Economia Solidária representam espaços de alternatividade e se tornam capazes de causar impactos na vida de seus membros, em seus entornos ou em processos mais gerais de desenvolvimento.

Vimos que tanto assertivas genéricas quanto casuísticas tendem a encerrar e reproduzir o debate nos seus termos atuais. A tarefa a levar adiante consistiria, então, em *objetivar e diferenciar* as situações em que os empreendimentos solidários se revestem de um significado ou outro, por meio de procedimentos de teorização que estejam apoiados em bases empíricas representativas do fenômeno em seu conjunto. Ela requer linhas de argumentação e análise sobre padrões, ou raciocínios de natureza *tipológica*. Mas elaborações dessa ordem deveriam assentar-se num exame prévio da racionalidade singular dos empreendimentos e de suas variações, no caso do Brasil em continuidade a pesquisas anteriores (Gaiger *et al.*, 1999; Gaiger, 2006, 2007, 2008), cujas conclusões ratificam a tese de que as organizações de Economia Solidária, malgrado sua diversidade, tendem a enquadrar-se em uma lógica que lhes proporciona algum nível de acumulação e crescimento, conferindo-lhe estabilidade e viabilidade, com a particularidade de que acionam, com esse fim, uma racionalidade social e econômica calcada no envolvimento dos membros com a gestão e com o trabalho cooperativo. Compreendidos esses valores e atributos sistêmicos, torna-se pertinente e relevante classificar e aquilatar as formas pelas quais os empreendimentos se organizam como associações, cooperativas ou empresas mercantis, porém tendo-se em vista que outras iniciativas incorrem nessas mesmas opções jurídico-formais, nelas abrindo-se então intencionalidades múltiplas e contraditórias, por vezes distantes dos processos sociais que culminam com a genuína criação de empreendimentos solidários.



A estratégia metodológica apropriada residiria em explorar informações sobre os empreendimentos e sobre os seus integrantes em número suficientemente representativo, de modo a abarcar as variações significativas desses universos e permitir sua quantificação, ponderação e comparação, dessa forma embasando juízos sobre as regularidades estruturais e sobre os vetores responsáveis pelas diferenças observadas. Seria ainda desejável avançar um passo mais, logrando-se construções não apenas tipológicas, mas voltadas igualmente a um sistema de *indicadores*, que traduza os elementos substantivos antes identificados e favoreça exames comparados dos empreendimentos. A tarefa poderia culminar com a formulação de bases conceituais e metodológicas para um sistema de classificação e avaliação das organizações da Economia Solidária. Atuar sobre critérios de delimitação e diferenciação interna do campo viria a contribuir para estudos ulteriores, quantitativos ou qualitativos, para fins de apreensão de situações específicas, de comparabilidade com outros sistemas classificatórios ou, ainda, de aprimoramento da tipologia e dos indicadores propostos.

Como sugestão, a depender do estado da arte e das informações disponíveis, esse percurso investigativo pode ser sinteticamente visualizado em grandes etapas, sem descartar vias alternativas, segundo questões e preferências metodológicas do pesquisador:

- (a) Consolidar e aprimorar as aquisições teóricas existentes, por meio de revisão bibliográfica quanto aos traços constitutivos da racionalidade singular própria à Economia Solidária, de sorte a obter um modelo heurístico apropriado à busca das conexões causais essenciais (não acidentais) da classe de fenômenos recobertos por esse campo de práticas.
- (b) Mediante comparações entre os enunciados do modelo, no tocante a seus princípios e atributos centrais, e as variantes observadas em bases de dados representativas, extrair uma tipologia atinente a fatores como a atividades econômica, estatuto jurídico e missão social, e formular indicadores com vistas principalmente à qualificação dos empreendimentos, ou à avaliação de sua viabilidade social e econômica.
- (c) Delinear fundamentos conceituais e metodológicos com vistas à construção de um sistema estatístico da Economia Solidária, apto a circunscrever, dimen-

sionar e comparar suas iniciativas e atividades, funcionando então como um suporte para estudos específicos com vistas ao avanço da discussão sobre os elementos diferenciais da Economia Solidária, comuns às distintas figuras que nela ganham realce, e para a elaboração de um marco legal, necessário às políticas e ações de suporte a esse campo.

No Brasil, esse percurso investigativo torna-se viável graças às informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). O SIES integra um dos programas da Secretaria Nacional da Economia Solidária, sendo alimentado mediante ações conjugadas com fóruns representativos dos empreendimentos solidários e organizações de apoio, como ONGs e Universidades. Entre 2003 e 2007, o SIES foi alimentado pelo primeiro mapeamento nacional de Economia Solidária, com informações sobre 22 mil empreendimentos. O segundo mapeamento, concluído em 2013, atualizou e detalhou tais informações sobre cerca de 20 mil empreendimentos.

O formulário de coleta do segundo mapeamento abrange aspectos relacionados às características demográficas da população envolvida, às relações de trabalho, às formas de gestão, às formas de participação social e políticas dos empreendimentos e ao seu comportamento econômico, entre outros. Sua estrutura conduz primeiramente a caracterizar e distinguir os empreendimentos, de acordo com a natureza de suas atividades e a importância das mesmas para os sócios, inquirindo-se a seguir aquelas especificidades mais relevantes a cada situação. O formulário principal de coleta é acompanhado de um questionário complementar, dirigido aos empreendimentos com trabalhadoras do sexo feminino, com a finalidade de adicionar informações relativas às relações de gênero, em seus condicionantes e repercussões sobre a vida familiar e a condição da mulher. Como é possível cruzar tais informações com os resultados do primeiro mapeamento, abrem-se possibilidades de análise diacrônica de interesse, tendo em vista o lapso de tempo entre os dois processos de coleta.

No contexto das discussões sobre o segundo mapeamento, idealizou-se também uma pesquisa nacional amostral dirigida aos integrantes dos empreendimentos solidários, sócios e sócias, com o objetivo de levantar dados sobre suas realidades individuais e familiares e, assim, compreender de forma mais

ampla e segura o papel desempenhado pelos empreendimentos solidários na vida dos seus integrantes ou, dizendo de outro modo, as circunstâncias e razões que levam determinados indivíduos a associarem-se e a perseverarem nessas organizações. A base de dados gerada por essa pesquisa, concluída em 2013, ficará integrada ao SIES, vinculando as informações relativas aos membros a seus respectivos empreendimentos, o que multiplica as alternativas de gestão e de análise dos dados.<sup>7</sup>

Contrariamente ao primeiro mapeamento, quase exclusivamente centrado na atividade econômica, o segundo mapeamento e a pesquisa amostral consideram outras motivações, expectativas e orientações, secundárias ou prioritárias em relação à função produtiva dos empreendimentos. Uma cooperativa, gerando renda, pode dar prioridade à mobilização social e ao fortalecimento comunitário, enquanto outra busca primeiramente a valorização do trabalhador e melhorias em seu nível de vida. Da mesma forma, empreendimentos de base essencialmente comunitária, como as casas de farinha (Gaiger, 1996), não ficam imunes à necessidade de perseverar em estratégias de inserção no mercado, mesmo sujeitando-se à grande austeridade na distribuição de benefícios aos membros, precisamente para multiplicá-los no futuro. Dispor de tipologias, da forma proposta, favorece a compreensão das dinâmicas multidimensionais desse campo de práticas, para além da sua diversidade aparente, e oferece premissas para o exame de suas configurações organizacionais, essencial a qualquer avanço no marco regulatório da Economia Solidária. Ademais, oferece um ponto de partida consistente para a formulação de indicadores.

Quanto a esses, em razão das movimentadas vias de circulação pelas quais transitam as posições e discursos dos atores da Economia Solidária, aos problemas já mencionados soma-se o fato de que as discussões sobre indicadores ou sobre elementos de qualificação da Economia Solidária flutuam entre três abordagens, normalmente indistintas e até certo ponto inseparáveis:

*Abordagem normativa* – vinculada à perspectiva de um projeto de transformação social, dentro do qual a Economia Solidária ganha sentido e deveria avançar. As qualificações

pertinentes dependem das premissas ideológicas que embasam tais visões e das respectivas estratégias políticas. Nos debates travados na esfera pública, ou pelos movimentos sociais, é a abordagem dominante; *Abordagem endógena* – desse ângulo, o ponto de partida para avaliar o sentido e o êxito das iniciativas de Economia Solidária são as expectativas dos trabalhadores que as protagonizam, expressas em suas manifestações ou implícitas em suas práticas. Aferir a eficiência ou o impacto, tanto quanto comparar empreendimentos, antes de tudo supõe considerar o sentido que adquirem para os sujeitos que elegeram essas alternativas;

*Abordagem analítica* – cujo objetivo é o conhecimento empírico da realidade e sua inserção no plano da elaboração teórica. Entre outros procedimentos, requer uma tomada de distância das manifestações concretas, por sua falta de unidade e fluidez, e das formulações de fundo normativo, por sua orientação teleológica, já que ambas desfavorecem o trabalho conceitual e de objetivação da realidade. Esse enfoque implica a redução fundamentada de *casos* singulares a *tipos*, de modo a discernir variações significativas da lógica própria dos empreendimentos, cujos desdobramentos possam ser avaliados por indicadores correlatos.

No estado incipiente das formulações atuais a respeito de indicadores de Economia Solidária, seria imprescindível considerar as motivações e expectativas dos seus integrantes – protagonistas em primeira instância – bem como as visões que direcionam as ações dos agentes externos, influenciam as representações e práticas e tendem a ajustá-las normativamente, e também, por certo, as aquisições teóricas e conceituais dos estudos acerca dos traços constitutivos e diferenciais dos empreendimentos solidários. Por conseguinte, integrar refletidamente as abordagens *normativa*, *endógena* e *analítica*, subjacentes às discussões correntes, é algo incontornável.

Indicadores comportam por definição critérios ou medidas, usados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato (Januzzi, 2006). Nas circunstâncias da

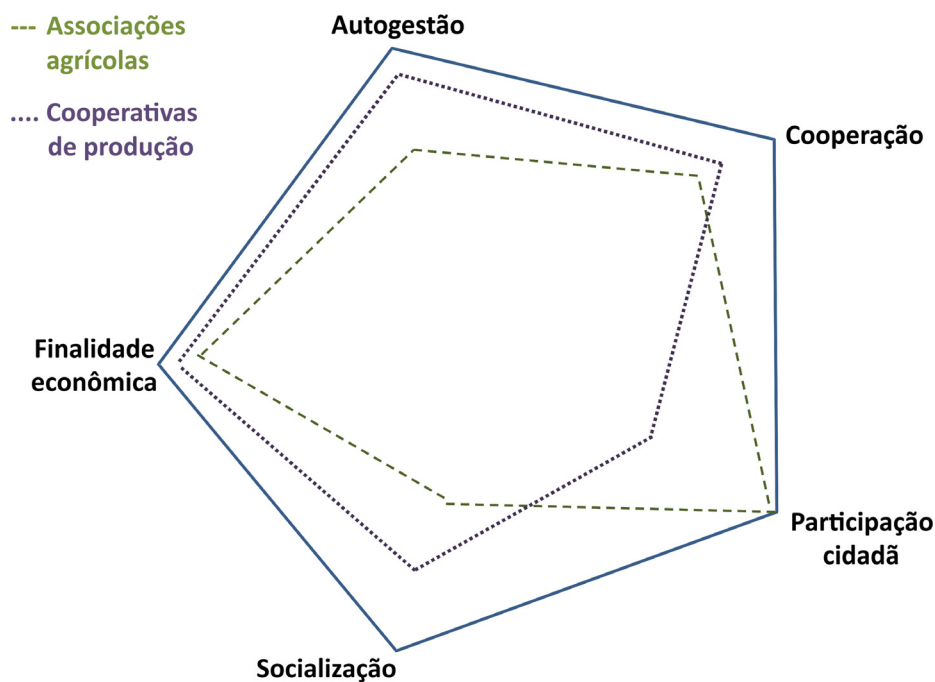
<sup>7</sup> A base conceitual e a metodologia dos mapeamentos, incluindo a capacitação dos entrevistadores e o processo de consolidação dos dados, constam dos documentos de referência disponíveis em [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br), bem como dados agregados e dispositivos de acesso aos microdados. Informações correspondentes sobre o segundo mapeamento e sobre a pesquisa amostral (QSES) estão sendo progressivamente disponibilizadas em [www.sies.ecosol.org.br](http://www.sies.ecosol.org.br).

Economia Solidária, revestem-se naturalmente de interesse ao mesmo tempo teórico (em prol da pesquisa acadêmica) e programático (em prol da formulação de políticas). Privilegiar a primeira função não viria em detrimento da segunda, pois atenderia à necessidade de fundamentar teórica e empiricamente os indicadores, *objetivando* a realidade das iniciativas de Economia Solidária e evitando que os instrumentos de percepção e avaliação, por força de sua carga apriorística ou de sua inclinação espontânea à prolepse, fiquem distantes do real e, por conseguinte, sem efetividade prática.

Uma dificuldade constantemente experimentada durante os mapeamentos nacionais no Brasil, a ser preferencialmente evitada em outros países, decorreu da adoção de uma lógica classificatória dicotômica, consistindo em incluir ou excluir os empreendimentos da coleta ou das bases de dados, conforme atendessem ou não aos critérios de entrada. Pouco se pôde fazer diante de casos mistos, híbridos, ou simplesmente imprevistos. Confundiu-se involuntariamente a utilização de um modelo de referência *ex ante*, indispensável a uma triagem preliminar – que como tal deveria permanecer em aberto – com uma análise posterior acurada dos perfis, por meio de um constructo *ex post* que servisse de fator

de ponderação, diante do qual se analisariam e resolveriam casos de incongruência, mais com vistas à sua qualificação – eventualmente, como tipos incompletos ou periféricos – do que propriamente à sua exclusão do universo da Economia Solidária.

Convém então que a formulação dos indicadores se atenha a uma abordagem gradualista, com a finalidade de aferir o grau de proximidade ou de distanciamento dos empreendimentos em relação ao modelo nuclear da Economia Solidária e aos seus tipos, e não simplesmente de incluí-los ou excluí-los. Isto demanda, ademais, sua aplicação em dois tempos, antes e depois da coleta de dados. Uma vez definidos os atributos e os indicadores observáveis, a utilização desse dispositivo pode suscitar questões de interesse para análises comparativas entre tipos de empreendimentos. O exemplo da Figura 1, meramente didático, sugere que tipos diferentes de empreendimentos apresentam um regime de integração peculiar dos atributos escolhidos, cujo conjunto demarcaria a Economia Solidária. No exemplo, as cooperativas de produção superam as associações agrícolas no quesito Socialização, ficando em desvantagem no atributo Participação Cidadã. Descompasso acentuados e persistentes poderiam re-



**Figura 1.** Tipos de empreendimentos e atributos.  
**Figure 1.** Types of enterprises and attributes.

sultar em uma categoria tipológica correlata a organizações híbridas ou cujo pertencimento à Economia Solidária é inconstante, a exemplo da economia popular (Gaiger, 2008) e de segmentos do cooperativismo (Gaiger, 2012).

Do ponto de vista do avanço do conhecimento, um sistema dessa natureza<sup>8</sup> ofereceria um alicerce sólido para pesquisas qualitativas ou por via de sondagens, sobre diferentes temas e com variados recortes. Tais estudos setoriais e específicos viriam a dispor de uma base de referência para a escolha judiciosa dos casos a examinar e, no sentido contrário, de um universo de inferência para incrementar a validade dos resultados obtidos. Teríamos uma efetiva possibilidade de integração entre pesquisas qualitativas e quantitativas, com vantagens para ambas.

Os avanços que podem propiciar-nos bases de dados amplamente representativas, bem construídas, são inúmeros<sup>9</sup>. Em suma, trata-se de conhecer globalmente, para pensar e agir em diferentes níveis. Como nos adverte Vaillancourt (2010), as dificuldades implicadas na construção de tais bases não devem ser desprezadas, tanto no plano conceitual quanto no metodológico, o que impõe cautela e desaconselha projetos ambiciosos, a que poderemos chegar se experiências de mapeamento forem se repetindo, em escala regional ou nacional. Talvez assim se viabilizem projetos de cartografia mais abrangentes, como o *ESSglobal*, de iniciativa da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS). Com tais perspectivas em mente, a conjunção de vontades e competências de diferentes atores, acadêmicos, promotores e gestores, com certeza desempenhará um papel vital para que a fase de “laboratório”, em que se encontram as atuais iniciativas, surta os efeitos desejados e permita gradativas mudanças de escala, em benefício da relevância do nosso conhecimento e de nossas ações.

## Referências

- ANTIGO, M.; MACHADO, A.; OLIVEIRA, A. 2006. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, XXXIV, Salvador, 2006. *Anais...* Salvador.
- BOUCHARD, M. (dir.). 2008. *Portrait statistique de l'économie sociale de la région de Montréal*. Montréal, Chaire de Recherche du Canada en Économie Sociale, 87 p.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. 1991. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 251 p.
- CATTANI, A.; GAIGER, L.; HESPANHA, P.; LAVILLE, J.-L. (orgs.). 2009. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina, 344 p.
- CORAGGIO, J. (org.). 2009. *¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires, CICCUS, 170 p.
- CORAGGIO, J.; SABATÉ, A. (orgs.). 2010. *Emprendimientos socioeconómicos asociativos: su vulnerabilidad y sostenibilidad*. Los Polvorines, UNGS, 333 p.
- CORAGGIO, J.; ARANCIBIA, M.; DEUX, M. 2010. *Guía para el mapeo y relevamiento de la economía popular solidaria en Latinoamérica y Caribe*. Lima, Grupo Red de Economía Solidaria del Perú/Ediciones Nova Print, 88 p.
- COUTROT, T. 1999. *Critique de l'organisation du travail*. Paris, La Découverte, 122 p.
- FERRARINI, A.; VERONESE, M. 2010. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV(7):131-151.
- GAIGER, L. (org.). 1996. *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 158 p.
- GAIGER, L. (org.). 2004. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 417 p.
- GAIGER, L. 2006. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Revista Sociedade e Estado*, 21(2):513-544.
- GAIGER, L. 2007. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79:57-77.
- GAIGER, L. 2008. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, II(3):58-72.
- GAIGER, L. 2011. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Revista Lua Nova*, 83:79-109.
- GAIGER, L. 2012. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. *Sociedade e Estado*, 27(2):313-335.
- GAIGER, L.; BESSON, M.; MACCARI, F.; SOMMER, I. 1999. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE, Série Movimentos Sociais e Cultura*, 15, 80 p.
- GAIGER, L.; LAVILLE, J.-L. 2009. Economia solidária. In: A. CATTANI; L. GAIGER; P. HESPANHA; J.-L. LAVILLE (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina, p. 162-168.

<sup>8</sup> O método inspira-se em estudos realizados no Canadá (Bouchard, 2008).

<sup>9</sup> Nossos escritos anteriores sobre essa matéria, salientando igualmente os cuidados a se ter no momento de analisar e interpretar os dados, foram compilados no endereço <http://sies.ecosol.org.br/resultado>.

- GAIGER, L.; CORRÊA, A. 2010a. A História e os sentidos do empreendedorismo associativo. *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV(7):153-176.
- GAIGER, L.; CORRÊA, A. 2010b. O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 9(17):205-230.
- GEORGES, I.; LEITE, M. (orgs.). 2012a. *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo, Annablume, 438 p.
- GEORGES, I.; LEITE, M. 2012b. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização. In: I. GEORGES; M. LEITE (orgs.), *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo, Annablume, p. 13-30.
- GONÇALVES, M. 1995. Questões metodológicas e as ciências naturais e humanas. *Síntese Nova Fase*, 22(70):367-382.
- GUERRA, P. 2002. *Socioeconomía de la solidaridad*. Montevideo, Nordan-Comunidad, 238 p.
- HESPANHA, P.; SANTOS, A. (orgs.). 2011. *Economía solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 260 p.
- JANUZZI, P. 2006. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3ª ed., Campinas, Alínea, 141 p.
- KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. 2012. *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 152 p.
- KRUPPA, S.; GONÇALVES, A.; MACDONALD, J. 2012. *Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos de Economia Solidária*. Brasília, Ministério da Justiça, 111 p. (Série Pensando o Direito, 46).
- LAUTIER, B. 2005. Économie informelle. In: J.-L. LAVILLE ; A. CATTANI (orgs.), *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris, Desclée de Brouwer, p. 175-182.
- LEITE, M. 2009. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69):31-51.
- LIMA, J. 2012. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: I. GEORGES; M. LEITE (orgs.), *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo, Annablume, p. 195-221.
- NAMORADO, R. 2007. Cooperativismo – história e horizontes. *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, 1:9-35.
- PINTO, J. 2006. *Economia solidária; de volta à arte da associação*. Porto Alegre, UFRGS, 196 p.
- RAZETO, L. 1997. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires, Editorial Lumen-Hvmanitas, 240 p.
- REVISTA KATÁLYSIS, 2008. *Economia solidária e autogestão*, Número Temático, 11(1).
- SANTOS, B. (org.) 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 514 p.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2011. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003-2010*. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 196 p.
- SINGER, P. 1999. *Uma utopia militante*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 182 p.
- SOCIEDADE E ESTADO. 2001. *Dádiva e solidariedades urbanas*, Número Temático, XVI(1-2).
- VAILLANCOURT, Y. 2010. El “mapeo” de la economía social y solidaria: algunos retos. *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV(7):178-184.
- VERONESE, M. 2008. *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo, Ideias & Letras, 175 p.
- WAUTIEZ, F.; SOARES, C.; LISBOA, A. 2003. Indicadores de economia solidária. In: A. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 177-183.